

Mineração artesanal em Moçambique: Formalização deve abrir caminho à justiça económica e ao desenvolvimento das comunidades

- Governo, parlamento, operadores, sector privado e sociedade civil defendem licenciamento mais acessível, mercados formais e maior retenção de valor nas zonas mineiras



Fotografia de família dos participantes no Diálogo Nacional Multisectorial sobre Mineração Artesanal e de Pequena Escala em Moçambique.

A mineração artesanal sustenta milhares de famílias moçambicanas, mas muitos dos que retiram rendimento desta actividade continuam a trabalhar sem condições adequadas de segurança, financiamento ou acesso a compradores formais. O Censo de Mineradores Artesanais de 2021 identificou 229.680 oper-

adores e estimou 806.957 pessoas envolvidas na cadeia de valor. A dimensão destes números mostra que a mineração artesanal não é uma actividade marginal, faz parte da economia de muitas comunidades e exige políticas públicas ajustadas à sua realidade.

Foi neste contexto que o Centro para Democ-

racia e Direitos Humanos (CDD) realizou, no dia 2 de Outubro de 2026, no Hotel Cardoso, em Maputo, o Diálogo Nacional Multisectorial sobre Mineração Artesanal e de Pequena Escala, subordinado ao tema «Formalização, Justiça Económica e Direitos Humanos». O encontro reuniu representantes do Governo, da Assembleia da República, das instituições do sector mineiro, do sector privado, das cooperativas de mineradores artesanais, da sociedade civil e dos parceiros de desenvolvimento, para discutir

os principais desafios enfrentados pelos operadores e pelas comunidades que dependem desta actividade. A discussão concentrou-se na necessidade de ir além da atribuição de licenças e criar condições para que os mineradores possam trabalhar de forma legal, segura e economicamente viável, com acesso a financiamento, tecnologia e mercados, garantindo que uma maior parte da riqueza gerada pela mineração contribua para melhorar as condições de vida das comunidades.

Jorge Gerson Momade Daúdo, secretário de estado de minas defende que o País deve apostar em medidas para superação das barreiras que dificultam a formalização da mineração artesanal



O Secretário de Estado de Minas, Jorge Gerson Momade Daúdo, proferindo as notas de abertura do Diálogo Nacional Multisectorial sobre Mineração Artesanal e de Pequena Escala em Moçambique.

O Secretário de Estado de Minas, Jorge Gerson Momade Daúdo, destacou a importância da mineração artesanal como fonte de rendimento e sustento de milhares de famílias moçambicanas, reconhecendo o seu contributo para a dinamização das economias locais. Contudo, assinalou

que muitos operadores continuam a enfrentar dificuldades que limitam a sua capacidade de trabalhar dentro da legalidade e de obter melhores benefícios económicos da actividade. Entre os principais constrangimentos, apontou a falta de informação geológica sobre as áreas de

exploração, o acesso limitado a financiamento e assistência técnica, as dificuldades de comercialização dos minerais e a fraca presença dos serviços públicos nas zonas mineiras.

Para o governante, enfrentar estes desafios exige uma resposta que vá além do licenciamento, aproximando os serviços públicos dos mineradores e criando condições para que a formal-

ização seja uma alternativa acessível e vantajosa. Neste contexto, destacou o processo de regulamentação do sector em curso como uma oportunidade para incorporar as preocupações dos diferentes intervenientes e melhorar as condições de exercício da actividade, conciliando o desenvolvimento económico com a segurança dos operadores e a protecção das comunidades.

Governo, parlamento e cdd defendem que a riqueza mineral deve melhorar a vida das comunidades

Prof. Adriano Nuvunga alerta que a riqueza mineral de moçambique continua sem se traduzir em melhores condições de vida para as comunidades

Na abertura do encontro, o Director Executivo do CDD, Prof. Adriano Nuvunga, chamou a atenção para o contraste entre a riqueza mineral de Moçambique e as condições de pobreza em que vivem muitas comunidades das zonas de exploração. Sublinhou que o aproveitamento dos recursos naturais deve contribuir para a melhoria das condições de vida das populações, a promoção dos direitos humanos e a construção

da paz. Destacou ainda que, em particular, os conflitos que surgem quando comunidades que há vários anos desenvolvem actividades de mineração artesanal se vêem confrontadas com a atribuição de licenças de exploração a outros operadores nas mesmas áreas, defendendo a necessidade de soluções que conciliem os direitos das comunidades com a exploração legal dos recursos.



O Director Executivo do CDD, Prof. Adriano Nuvunga, proferindo as palavras de abertura do Diálogo Nacional Multisectorial sobre Mineração Artesanal e de Pequena Escala em Moçambique.

Para o Prof. Adriano Nuvunga, a formalização deve também criar oportunidades reais de crescimento económico para os mineradores artesanais, permitindo-lhes ultrapassar uma actividade limitada à subsistência. Por fim., o Prof alertou ainda que a ausência de oportunidades

económicas, sobretudo para os jovens, pode agravar os conflitos e aumentar a sua vulnerabilidade ao recrutamento por redes criminosas, tornando urgente uma abordagem que coloque o desenvolvimento das comunidades no centro da política mineira.

Parlamento defende que a formalização da mineração artesanal deve ser acompanhada de medidas concretas e resultados mensuráveis



Filipe Acácio Mabamo, Presidente da Quinta Comissão da Assembleia da República, proferindo as notas de abertura do Diálogo Nacional Multisectorial sobre Mineração Artesanal e de Pequena Escala em Moçambique.

O Presidente da 5.^a Comissão da Assembleia da República, Filipe Acácio Mabamo, defendeu que a formalização da mineração artesanal não deve limitar-se à atribuição de licenças, mas criar condições para que os operadores desenvolvam a sua actividade com maior segurança, melhores rendimentos e oportunidades de crescimento. Para isso, apontou como prioridades a simplificação dos procedimentos de licenciamento, a disponibilização de áreas destinadas à mineração artesanal, o acesso a equipamentos e financiamento, o fortalecimento das cooperativas e a criação de canais formais de comercial-

ização, capazes de reduzir a dependência dos intermediários e combater o contrabando de minerais.

Mabamo sublinhou ainda a importância de transformar as recomendações do diálogo em medidas concretas, com responsabilidades definidas, indicadores e prazos de implementação. Na sua perspectiva, este acompanhamento é fundamental para que a Assembleia da República possa fiscalizar os progressos alcançados e contribuir para que as decisões tomadas se traduzam em melhorias efectivas nas condições de trabalho e de vida dos mineradores artesanais.

Formalização da mineração artesanal deve ir além da atribuição de licenças e criar condições reais para o desenvolvimento dos operadores



Fotografia de grupo dos participantes do primeiro painel do Diálogo Nacional Multisectorial sobre Mineração Artesanal e de Pequena Escala em Moçambique. Da esquerda para a direita, Wilson Mujovo, Carlos Marove, Samantha Remane, André Mulungo e Salvado Raisse.

Carlos Marove, do Instituto Nacional de Minas (INAMI) defende um licenciamento mais acessível e uma fiscalização que privilegie a prevenção e a assistência aos mineradores

Carlos Marove, representante do Instituto Nacional de Minas (INAMI), defendeu que a formalização da mineração artesanal deve ser um processo simples, acessível e ajustado à realidade económica dos operadores. Na sua perspectiva, os procedimentos de licenciamento e os respectivos custos devem ter em conta a dimensão da actividade, evitando que as exigências administrativas acabem por afastar os mineradores da legalidade. Destacou ainda a importância de uma maior articulação entre as instituições públicas e os operadores, de modo a facilitar o acesso à informação e aos serviços necessários

para o exercício da actividade.

Marove sublinhou igualmente que a fiscalização não deve limitar-se à identificação e punição de irregularidades, devendo privilegiar uma abordagem preventiva e educativa, acompanhada de assistência técnica e responsabilização sempre que necessário. Esta actuação deve contribuir para melhorar as condições de segurança no trabalho, prevenir o trabalho infantil, promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e assegurar o respeito pelos direitos das comunidades nas zonas de exploração mineira.

Wilson Mujovo, da Direcção Nacional de Minas destaca avanços na organização do sector, mas reconhece a necessidade de reforçar a assistência aos mineradores artesanais

Wilson Mujovo, representante da Direcção Nacional de Minas, apresentou algumas das iniciativas desenvolvidas pelo Governo para melhorar a organização e o funcionamento da mineração artesanal em Moçambique. Recordou a estratégia adoptada em 2017 para o sector e referiu que o país conta com cerca de 54 cooperativas mineiras formalizadas, um esforço que procura incentivar a organização colectiva dos operadores e facilitar a sua integração na economia formal.

O representante destacou igualmente as inicia-

tivas de assistência técnica, jurídica e financeira, bem como as medidas destinadas a melhorar o acesso dos mineradores aos mercados. Informou ainda que está em preparação uma regulamentação específica para a mineração artesanal, com vista a responder às particularidades desta actividade. No domínio ambiental, fez referência ao Plano Nacional de Acção para a Redução do Uso do Mercúrio na Mineração Artesanal, sublinhando a importância de conciliar a formalização com a protecção da saúde dos trabalhadores, das comunidades e do ambiente.

Samantha Remane, Centro Terra Viva (CTV) alerta que muitas cooperativas conseguem legalizar-se, mas continuam sem condições para desenvolver a actividade

Samantha Remane, representante do Centro Terra Viva (CTV), chamou a atenção para a distância que ainda existe entre a formalização administrativa das cooperativas e a sua capacidade efectiva de desenvolver actividades económicas. Com base nas experiências de assistência jurídica e organizativa a mineradores artesanais nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, explicou que algumas associações conseguem cumprir os procedimentos legais de constituição e registo, mas acabam por permanecer inactivas devido à falta de áreas de exploração, financiamento, equipamentos, tecnologia e compradores para os minerais produzidos.

Para Samantha Remane, esta realidade demonstra que a legalização, por si só, não resolve os principais problemas enfrentados pelos mineradores. Defendeu, por isso, que o processo de formalização seja acompanhado de medidas que garantam condições reais de produção e comercialização, incluindo uma maior presença dos serviços públicos nas zonas mineiras. Destacou também a importância de assegurar mecanismos acessíveis de reclamação e resolução de conflitos, permitindo que os operadores e as comunidades possam apresentar as suas preocupações e procurar soluções para os problemas que enfrentam.

André Mulungu e Abdul Tavares, do Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) defendem que a formalização só terá resultados se melhorar os rendimentos e proteger os direitos dos mineradores

André Mulungu, do Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), defendeu que a formalização da mineração artesanal não deve concentrar-se apenas na extracção, mas abranger toda a cadeia de valor, desde a produção até à comercialização dos minerais. Na sua perspectiva, a atribuição de uma licença representa apenas uma parte da solução, pois muitos operadores continuam a enfrentar dificuldades de acesso a financiamento, tecnologia e compradores formais. Sem mecanismos transparentes de formação de preços e melhores condições de negociação, os mineradores podem continuar a vender os seus produtos em condições desfavoráveis, mesmo depois de legalizarem a actividade.



André Mulungu do CDD



Abdul Tavares, CDD Regional Coordinator for Northern Mozambique, delivering his remarks during a panel discussion at the National Multisectoral Dialogue on Artisanal and Small-Scale Mining in Mozambique.

Por sua vez, Abdul Tavares, também do CDD, chamou a atenção para os conflitos que surgem entre mineradores artesanais e titulares de concessões mineiras, sobretudo em territórios onde as comunidades dependem historicamente da exploração artesanal para a sua sobrevivência. Alertou ainda para os riscos de abordagens excessivamente centradas na segurança e na repressão, que podem agravar as tensões sem resolver as causas económicas e sociais da informalidade.

As duas intervenções reforçaram a necessidade de avaliar a formalização pelos seus resultados concretos na vida dos operadores. Mais do que aumentar o número de licenças emitidas ou de cooperativas registadas, importa perceber se os mineradores passaram a trabalhar em melhores condições, a vender os seus minerais a preços mais justos, a aumentar os seus rendimentos e a participar de forma mais efectiva nos benefícios económicos gerados pela exploração dos recursos minerais.

Moçambique precisa de transformar a riqueza mineral em mais oportunidades para as empresas nacionais e as comunidades

Luís Nhachote defende que os benefícios da mineração devem ser avaliados pela riqueza e pelas capacidades que permanecem no país



Fotografia de grupo dos participantes do segundo painel do Diálogo Nacional Multisectorial sobre Mineração Artesanal e de Pequena Escala em Moçambique. Da esquerda para a direita, Luís Nhachote, Rui Catoma, Salvado Raisse e Gil Aníbal.

Durante o segundo painel, Luís Nhachote chamou a atenção para a necessidade de repensar a forma como Moçambique avalia os benefícios económicos da exploração dos seus recursos minerais. Na sua perspectiva, o sucesso do sector não deve ser medido apenas pelas quantidades extraídas ou pelo valor dos minerais comercializados, mas também pela capacidade de gerar oportunidades para as empresas nacionais, criar emprego, desenvolver competências e melhorar as condições de vida das populações.

Nhachote defendeu que a mineração deve contribuir para o fortalecimento da capacidade

produtiva nacional, através da participação de empresas moçambicanas no fornecimento de bens e serviços, da formação de trabalhadores e da criação de actividades económicas ligadas à exploração mineral. Sublinhou que os recursos minerais são finitos e que, por isso, o verdadeiro benefício para o país está também naquilo que permanece depois da sua exploração. As competências adquiridas, as empresas desenvolvidas e as oportunidades económicas criadas podem continuar a gerar riqueza e emprego mesmo quando os recursos minerais se esgotarem.

Rui Catoma, Administrador da Câmara de Minas de Moçambique defende maior investimento na transformação local dos minerais para aumentar os benefícios económicos da actividade

Rui Catoma, representante da Câmara de Minas de Moçambique, destacou a importância de o país investir no conhecimento dos seus recursos minerais e no desenvolvimento de capacidades nacionais para a sua avaliação, transformação e comercialização. Defendeu que a exploração mineira deve ser acompanhada de investimentos em laboratórios, centros de lapidação, formação técnica e outras infraestruturas que permitam acrescentar valor aos minerais antes da sua comercialização.

Na sua intervenção, chamou igualmente a

atenção para as dificuldades enfrentadas pelos mineradores artesanais na avaliação e negociação dos seus produtos. Muitos operadores não dispõem de informação suficiente sobre a qualidade e o valor comercial dos minerais que extraem, ficando dependentes de intermediários que, frequentemente, possuem maior conhecimento do mercado e melhores condições de negociação. Esta desigualdade limita a capacidade dos produtores de obter uma remuneração adequada pelo seu trabalho.

Protecção dos direitos humanos e justiça económica devem acompanhar o desenvolvimento da mineração artesanal

Ao longo do diálogo, os participantes destacaram que a formalização da mineração artesanal deve ser acompanhada de medidas que melhorem as condições de trabalho, protejam o ambiente e assegurem o respeito pelos direitos das comunidades. A discussão mostrou que estes desafios estão directamente ligados à forma como a actividade é organizada e às oportunidades económicas disponíveis para os operadores.

O acesso a áreas de exploração legalmente disponíveis, por exemplo, pode contribuir para reduzir os conflitos entre mineradores artesanais

e titulares de concessões mineiras. Da mesma forma, a disponibilização de equipamentos adequados e de assistência técnica pode ajudar a prevenir acidentes e melhorar a segurança dos trabalhadores. Por sua vez, a existência de mercados formais e mecanismos transparentes de comercialização pode permitir que os mineradores obtenham melhores rendimentos, ao mesmo tempo que facilita o acompanhamento da origem e da circulação dos minerais.

Foi igualmente destacada a necessidade de promover uma participação mais efectiva das mulheres e dos jovens nas oportunidades

económicas do sector, prevenir o trabalho infantil e assegurar que as comunidades disponham de mecanismos acessíveis para apresentar reclamações e procurar soluções para os problemas decorrentes da exploração mineira.

Os participantes chamaram ainda a atenção para a importância de fortalecer o diálogo entre comunidades, mineradores artesanais, empre-

sas e instituições públicas, sobretudo nas zonas onde existem conflitos relacionados com o acesso à terra e aos recursos minerais. Neste sentido, defenderam que a fiscalização e a responsabilização não devem concentrar-se apenas nos operadores artesanais, mas considerar também o papel dos compradores, intermediários e demais intervenientes da cadeia de valor.

O desafio agora é fazer com que as recomendações se traduzam em melhores condições de vida nas comunidades mineiras

O encontro mostrou que, apesar das diferentes perspectivas, existe uma preocupação comum entre os participantes. A formalização da mineração artesanal precisa de trazer benefícios reais para quem vive desta actividade. Para os mineradores, não basta ter uma licença se continuarem sem acesso a áreas de exploração, equipamentos, financiamento e mercados onde possam vender os seus minerais a preços justos. É igualmente importante que os serviços públicos estejam mais próximos das zonas mineiras e que as instituições trabalhem de forma coordenada, evitando procedimentos que dificultam a vida dos operadores.

O desafio passa agora por dar seguimento às

propostas discutidas, definindo prioridades, responsabilidades e formas de acompanhar os resultados, com a participação dos mineradores, das comunidades e da sociedade civil. Embora as recomendações não representem compromissos formais de todas as instituições presentes, oferecem caminhos para melhorar a organização do sector. Mais do que produzir novas propostas, importa garantir que as medidas cheguem às zonas de exploração e façam diferença na vida das famílias que dependem da mineração artesanal, através de melhores condições de trabalho, rendimentos mais justos e novas oportunidades económicas.



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar acções para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autores: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Ministry for Foreign
Affairs of Finland



FORD
FOUNDATION



OPEN
SOCIETY
FOUNDATION



UNIÃO EUROPEIA